

Sumário	VII
Apresentação da 44ª edição	IX
Apresentação da 43ª edição	XI
Apresentação	XIII

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	6
2 – Definição	6
3 – Natureza	7
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil	9

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	12
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	12
8 – O processo civil romano	12
9 – Processo comum	14
10 – O processo civil moderno (fase científica)	15
11 – Direito processual civil brasileiro	15
12 – Regulamento nº 737	16
13 – Códigos estaduais	17
14 – Códigos unitários	17
15 – O novo Código	17
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	18
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional	19

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais	22
17 – Lei processual	22
18 – A lei processual no tempo	23
19 – A lei processual no espaço	24
20 – Interpretação das leis processuais	24

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais	28
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	28
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	29
24 – Princípio do contraditório	30
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	32
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	32
27 – Princípio da verdade real	33

28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	33
29 – Princípio da publicidade	34
30 – Princípio da economia processual	35
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	36

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	38
33 – Justiça privada e justiça pública	38
34 – Jurisdição	38
35 – Características da jurisdição	40
36 – Imparcialidade e disponibilidade	41
37 – Objetivo da jurisdição	42
38 – Princípios fundamentais	43
39 – Jurisdição civil	43
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	43
41 – Substitutivos da jurisdição	45
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	45

§ 6º – Processo

42 – Conceito	49
43 – Processo e procedimento	49
43-a – Características do procedimento	51
44 – Autonomia do processo	52
45 – Espécies de processo	52
46 – Funções do processo	53
47 – Independência dos processos	53
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	54
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência	55
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória	56

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	58
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	58
50 – Autonomia do direito de ação	59
51 – A evolução do conceito de ação	59
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	60
52 – Condições da ação	61
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	62
54 – Pressupostos processuais	68
55 – Classificação das ações	69
55-a – Ação e pretensão	70
55-b – Ação e causa	71
55-c – Elementos identificadores da causa	72
56 – A defesa do réu	73
57 – Espécies de resposta	74

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	76
--	----

59 – A relação processual	76
60 – Classificação dos elementos do processo	77
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais	79
62 – Direitos processuais	79
63 – Obrigações processuais	79
64 – Deveres processuais	79
65 – Ônus processuais	80

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes	84
67 – Nomenclatura	85
68 – Substituição processual	85
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	87
70 – Capacidade processual	87
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	88
72 – Curatela especial	90
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	91
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	92
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres	94
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	94
76 – Responsabilidade das partes por dano processual	96
76-a – Direitos	97
76-b – Direito especial dos litigantes idosos	97
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo	100
78 – Antecipação das despesas	100
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	101
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	102
81 – Sucumbência recíproca	102
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	103
83 – Multas	103
84 – Honorários de advogado	104
85 – Cabimento dos honorários	104
86 – Inoperância da sucumbência	105
87 – Fixação dos honorários	106
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	107
89 – Execução dos honorários	108
90 – Assistência judiciária	108
§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação	112
92 – O mandato judicial	112
93 – Direitos e deveres	113
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte	116
95 – Substituição do advogado	116

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes	120
97 – Classificações	120
98 – Espécies de litisconsórcio	120
99 – Sistema do Código	122
100 – Casos legais de litisconsórcio	122
101 – Litisconsórcio necessário	123
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	124
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	125
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	126
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	127
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito	130
107 – Classificações	130
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito	132
109 – Competência	133
110 – Procedimento	133
111 – Julgamento da oposição	134
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito	137
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	137
114 – Procedimento	137
114-a – Recurso	138
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito	141
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	142
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	144
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide	145
117 – Objetivo do incidente	145
118 – Legitimação	145
119 – Procedimento	146
120 – Efeitos da denúnciação da lide	147
120-a – Recursos	149
120-b – Execução da sentença	149
121 – Denúnciações sucessivas	151
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito	155
123 – Casos de admissibilidade do incidente	155
124 – Procedimento	156
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor	157
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil ...	157
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito	160
126 – Pressupostos da intervenção	160
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	161

128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	162
129 – Procedimento	162
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	163
130-a – Assistência provocada	164
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	165
 Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo	
§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito	170
132 – Funções	170
133 – Natureza	171
134 – Ministério Público como parte	171
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	172
136 – Ausência do Ministério Público no processo	173
137 – Órgãos do Ministério Público	173
138 – Princípios e garantias	173
 Capítulo VII – Juízes	
§ 23 – Competência	
139 – Conceito	176
140 – Distribuição da competência	176
141 – Classificação da competência	177
§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais	179
143 – Espécies de competência internacional	179
144 – Competência concorrente e litispendência	179
§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais	182
146 – Competência em matéria civil	183
147 – Competência da Justiça Federal	183
148 – Competência das Justiças Estaduais	184
§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades	187
150 – Competência do foro e competência do juiz	188
151 – Divisão da competência do foro	188
152 – Cumulatividade de juízos competentes	188
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	188
§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa	191
155 – Competência em razão da matéria	191
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito	193
157 – Classificação	193
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito	195
159 – Foro comum	195
160 – Foros subsidiários ou supletivos	196

161 – Foros especiais	196
162 – Ações reais imobiliárias	196
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	197
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	198
165 – Foros <i>ratione personae</i>	199
166 – Foro das pessoas jurídicas	200
166-a – Foro dos Estados e Municípios	200
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	201
168 – Foro relativo à arbitragem	201
168-a – Foro do idoso	202

§ 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa	204
170 – Prorrogação de competência	205
171 – Prorrogação legal	205
172 – Efeito prático	206
173 – Prevenção	207
174 – Outros casos de prorrogação legal	208
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	209
176 – Prorrogação voluntária	210
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	212
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão	212

§ 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência	215
178 – Exceção de incompetência	215
179 – Incompetência absoluta	216
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão)	216

§ 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais	219
181 – Procedimento do conflito	220
182 – Efeitos do conflito	221

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro	224
184 – Duplo grau de jurisdição	226
185 – Jurisdição extraordinária	226
186 – Competência	227
187 – Disciplina da magistratura	227

§ 34 – Órgãos Judiciários

188 – Juízes	229
189 – Requisitos de atuação do juiz	229
190 – Garantias da magistratura	230
191 – Poderes e deveres do juiz	230
191-a – Atividade criativa do juiz	232
192 – Responsabilidade do juiz	233
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	233
194 – Casuísmo legal	233
194-a – Juiz testemunha	234
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	235

§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo	237
197 – Escrivão	237
198 – Oficial de justiça	238
199 – Perito	239
200 – Depositário e administrador	239
201 – Intérprete	240
202 – Outros auxiliares eventuais	240

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito	246
204 – Agentes	247
205 – Atos do processo e atos do procedimento	247
206 – Classificação dos atos processuais	248
207 – Forma dos atos processuais	249
208 – Publicidade	250
209 – Meios de expressão	251
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados	251

§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	254
211 – Eficácia dos atos das partes	255
212 – Petições e autos suplementares	255
213 – Cotas marginais e lineares nos autos	255

§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz	257
215 – Atos decisórios	257
216 – Definições legais	257
217 – Decisão interlocutória	258
218 – Despachos	259
219 – Sentença	260
220 – Atos não-decisórios	261
221 – Forma dos atos decisórios	262

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	264
223 – Autuação	265
224 – Termos processuais	265
225 – Forma dos termos	265

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo	268
227 – Feriados e férias forenses	268
228 – O lugar	270

§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais	273
230 – Classificação	273

231 – Natureza dos prazos	274
232 – O curso dos prazos	274
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	276
234 – Prazos para recurso	278
234-a – Ciência inequívoca	279
235 – Termo final	280
236 – Preclusão	281
237 – Prazos para as partes	281
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	282
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	282
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	283
241 – Inobservância de prazo da parte	283
242 – Inobservância dos prazos do juiz	284

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual	286
244 – Forma dos atos de comunicação	286
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	286
246 – Requisitos das cartas	287
247 – Cumprimento das cartas	287
248 – Cartas urgentes	288
249 – Custas nas cartas	288
250 – Cartas rogatórias	288

§ 43 – Citação

251 – Conceito	290
252 – Suprimento da citação	290
253 – Destinatário da citação inicial	291
254 – Local da citação	292
255 – Impedimento legal de realização da citação	292
256 – Modos de realizar a citação	292
257 – Citação por oficial de justiça	292
258 – Citação com hora certa	294
259 – Citação pelo Correio	295
260 – Citação por edital	296
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	297
262 – Efeitos da citação	298
263 – Prevenção	298
264 – Litispendência	298
265 – Litigiosidade	298
266 – Mora	299
267 – Prescrição	299
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	299

§ 44 – Intimações

269 – Conceito	302
270 – Forma	302
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	303
272 – Aperfeiçoamento da intimação	304
273 – Intimação em audiência	305
274 – Intimação por edital ou com hora certa	306
275 – Efeitos da intimação	306

275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público.....	306
---	-----

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias	310
277 – Registro	310
278 – Distribuição	310
279 – Distribuição por dependência	311
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual	312
280 – Valor da causa	313
281 – Impugnação ao valor da causa	314

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito	318
283 – Espécies de vícios do ato processual	318
284 – Atos inexistentes	318
284-a – Noção de nulidade	319
285 – Atos absolutamente nulos	319
286 – Atos relativamente nulos	320
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	320
288 – Sistema de nulidade do Código	321
289 – Nulidades cominadas pelo Código	322
290 – Nulidades da citação e intimação	323
291 – Arguição das nulidades	323
292 – Momento da arguição	323
293 – Decretação de nulidade	324
294 – Efeitos da decretação	324

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais	330
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo	332
297 – Sujeitos da relação jurídica processual	332
298 – Início do processo	334
299 – Formação gradual da relação processual	334
300 – Estabilização do processo	335
301 – Alteração do pedido	335
302 – Alterações subjetivas	335
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito	338
304 – Os casos de suspensão do processo	338
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	339
306 – Suspensão por convenção das partes	340

307 – Suspensão em razão de exceção	340
308 – Suspensão por prejudicialidade	340
309 – Prejudicialidade e conexão	341
310 – Suspensão por motivo de força maior	342
311 – Outros casos legais de suspensão	342
312 – Férias e suspensão do processo	343

§ 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual	345
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito	345
315 – Indeferimento da inicial	346
316 – Abandono da causa	346
317 – Ausência de pressupostos processuais	347
318 – Perempção	348
319 – Litispendência e coisa julgada	348
320 – Condições da ação	349
321 – Convenção de arbitragem	350
322 – Desistência da ação	350
323 – Intransmissibilidade da ação	351
324 – Confusão entre autor e réu	352
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	352
326 – Iniciativa da extinção do processo	352
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	352

§ 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com resolução de mérito	355
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	356
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	356
330 – Transação	357
330-a – Retratação e rescisão de transação	357
331 – Prescrição e decadência	358
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	359
332 – Renúncia ao direito	360

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo	368
334 – Procedimento	368
335 – Procedimentos no processo de cognição	368
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária ..	369
337 – Esquema do procedimento ordinário	370
338 – Fases do procedimento ordinário	370
339 – Fase postulatória	371
340 – Fase saneadora	371
341 – Fase instrutória	371
342 – Fase decisória	372
342-a – Adequação do Procedimento	372

§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário	376
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	376
344 – Outras causas de procedimento sumário	379
345 – Indisponibilidade do rito sumário	379
346 – O procedimento	380
347 – A petição inicial e seu despacho	381
348 – A citação e a resposta do réu	381
349 – Audiência de conciliação	383
349-a – Audiência de instrução e julgamento	385
350 – Revelia	385
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	386
352 – Direito intertemporal	386

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial	392
354 – Requisitos da petição inicial	392
355 – Despacho da petição inicial	394
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	395
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição	396
357 – Extensão do indeferimento	399
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial	400
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	401
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa	402
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	402
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial	404
360 – Pedido	404
361 – Requisitos do pedido	404
362 – Pedido concludente	405
363 – Pedido genérico	405
364 – Pedido cominatório	406
365 – Pedido alternativo	407
366 – Pedidos sucessivos	407
367 – Pedido de prestações periódicas	407
368 – Pedido de prestação indivisível	408
369 – Pedidos cumulados	408
370 – Espécies de cumulação de pedidos	409
371 – Interpretação do pedido	410
372 – Aditamento do pedido	410
372-a – Modificação do pedido	411
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	411
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	414
372-d – A efetivação da tutela antecipada	416
372-e – Tutela antecipada parcial	417
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu	420
374 – A resposta do réu	420

375 – Espécies de defesa	420
376 – Defesa processual	421
377 – Defesa de mérito	422
378 – Reconvensão	422
379 – Síntese	422
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito	425
381 – Conteúdo e forma da contestação	425
382 – Ônus da defesa especificada	426
383 – Preliminares da contestação	427
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	428
385 – Réplica ou impugnação do autor	429
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito	431
387 – Prazo	431
388 – Efeito da exceção	432
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	432
390 – Procedimento	433
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	434
§ 59 – Reconvensão	
392 – Conceito	439
393 – Pressupostos da reconvensão	439
394 – Procedimento	441
394-a – Reconvensão sem contestação	443
395 – Extinção do processo principal	443
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia	445
397 – Os efeitos da revelia	446
398 – Alteração do pedido	447
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	448

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito	450
401 – Réplica do autor	450
402 – Revelia e provas	451
403 – Intervenção do Ministério Público	451
404 – Ação declaratória incidental	451
405 – Outras providências preliminares	453
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito	455
407 – Extinção do processo	455
408 – Julgamento antecipado da lide	456
408-a – Audiência preliminar	457
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	462
410 – Cabimento	462
411 – Conteúdo	463

412 – Efeito preclusivo	463
413 – Formas do despacho saneador	464

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova	
414 – Conceito	466
415 – Características da prova	467
416 – Objeto da prova	467
417 – Finalidade e destinatário da prova	468
418 – Valoração da prova	469
419 – O sistema do Código	470
420 – Poder de instrução do juiz	470
421 – Ônus da prova	472
422 – Sistema legal do ônus da prova	472
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	473
422-b – Ônus da prova nas ações do consumidor	474
423 – Convenção sobre ônus da prova	475
424 – Meios de prova	475
424-a – Prova por presunção	476
425 – Procedimento probatório	476
426 – Instrução através de carta	477
427 – Dever de colaboração com a Justiça	478
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito	481
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	481
430 – Legitimação para o depoimento	481
431 – Objeto do depoimento pessoal	482
432 – Procedimento	482
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito	485
434 – Requisitos da confissão	485
435 – Classificações	486
436 – Efeitos da confissão	486
437 – Indivisibilidade da confissão	487
438 – Valor da confissão extrajudicial	488
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito	490
440 – Oportunidade da medida	490
441 – Legitimação	490
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte	491
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro	492
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito	497
445 – Força probante dos documentos	497
446 – Documentos públicos	498
447 – Documentos particulares	500
448 – Valor probante do documento particular	500
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	502
450 – Livros comerciais	503
451 – Reprodução de documentos particulares	504

452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	505
453 – Documentos viciados em sua forma	505
454 – Falsidade documental	506
455 – Espécies de falsidade	506
456 – Ônus da prova	508
457 – O incidente de falsidade	508
458 – Procedimento do incidente de falsidade	509
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	511
459 – Produção da prova documental	511
460 – Desentranhamento de documentos	513
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito	516
462 – Valor probante das testemunhas	516
463 – Direitos e deveres da testemunha	518
464 – A produção da prova testemunhal	521
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001)	524
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito	526
466 – Admissibilidade da perícia	527
467 – O perito	528
468 – O procedimento da prova pericial	529
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico	532
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial	532
469 – Valor probante da perícia	532
470 – Nova perícia	534
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito	536
472 – Procedimento	536
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	539
474 – Características da audiência	539
475 – Atos preparatórios	541
476 – Adiamento da audiência	541
477 – Antecipação de audiência	543
478 – Conciliação	543
479 – Procedimento da conciliação	545
480 – Instrução e julgamento	545
481 – Documentação da audiência	547

Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	550
483 – Conteúdo e finalidade do processo	550
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	553
485 – Natureza da sentença definitiva	554

486 – Função da sentença definitiva	555
486-a – Função da sentença terminativa	555
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	558
488 – Relatório	558
489 – Motivação	559
490 – Dispositivo da sentença	560
491 – Condições formais da sentença	560
492 – Clareza	560
493 – Precisão	561
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer ..	562
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	564
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	565
493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida	565
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	566
494 – Publicação e intimação da sentença	566
495 – Efeitos da publicação	567
496 – Correção e integração da sentença	568
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	569
496-b – Interpretação da sentença	570
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações	574
498 – Sentenças declaratórias	575
499 – Sentenças condenatórias	575
500 – Sentença constitutiva	576
501 – Momento de eficácia da sentença	576
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	577
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito	579
504 – Entrega da prestação jurisdicional	579
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos	579
505 – Hipoteca judiciária	581
506 – Outros efeitos secundários da sentença	581
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	584
507-a – Coisa julgada administrativa	585
507-b – Coisa julgada total e parcial	585
508 – Coisa julgada formal e material	587
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	589
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	590
510 – Arguição da coisa julgada	591
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	591
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	592
511 – Preclusão	593
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	596
513 – Motivos da sentença	597
514 – Verdade dos fatos	600
515 – Questões prejudiciais	600

516 – Questões implicitamente resolvidas	601
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada	602
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	604
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário ...	605
518 – Limites subjetivos	607
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	608
519 – Causas de estado	611
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejulgamentos	611
520-a – Limites temporais da coisa julgada	612
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	612
521 – Execução forçada e coisa julgada	614

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito	620
523 – Fundamento do direito de recurso	621
524 – Atos sujeitos a recurso	621
525 – Recursos admissíveis	622
525-a – Reclamação	623
526 – Correição parcial	624
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	625
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	626

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição	628
528 – Legitimação para recorrer	628
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	629
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	630
530 – Pressupostos objetivos do recurso	630
531 – Recorribilidade da decisão	630
532 – Tempestividade	631
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado	633
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	634
534 – Singularidade do recurso	635
535 – Adequação do recurso	635
536 – Preparo	636
537 – Motivação e forma	637
537-a – Efeitos do recurso	637
537-b – Efeito substitutivo	638
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	638
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	639
540 – Recurso adesivo	640
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	641
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	642

§ 82 – A Apelação

541 – Conceito	646
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal	647
542 – Interposição da apelação	649
543 – Efeitos da apelação	650
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação ...	653

543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	654
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515	654
543-a-3 – Prescrição e decadência	657
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo	657
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação	658
544 – Recebimento da apelação	659
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	660
544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida	661
545 – Deserção	661
546 – Prazo para interposição da apelação	662
547 – Julgamento em segunda instância	663
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito	666
549 – Espécies de agravo	666
550 – Agravo retido	667
550-a – Agravo retido interposto oralmente	668
550-b – Juízo de retratação no agravo retido	669
550-c – Agravo retido após a sentença	669
551 – Agravo de instrumento	670
551-a – Formação do instrumento do agravo	672
552 – Efeitos do agravo de instrumento	673
553 – Processamento do agravo de instrumento	674
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nº 10.352/2001 e 11.187/2005	676
554 – O contraditório	677
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento	678
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	679
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	683
556 – Processamento	684
557 – Embargos adesivos	685
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	685
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes	686
557-c – Legitimação para embargar	687
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	690
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	690
560 – Procedimento	691
561 – Efeito interruptivo	691
561-a – Efeito suspensivo	692
562 – Embargos manifestamente protelatórios	692
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	697
564 – Uniformização da jurisprudência	697
565 – Pressupostos do incidente	697
566 – Legitimação para a provocação do incidente	698
567 – Apreciação do incidente	698
568 – Súmula jurisprudencial	699
568-a – Súmula vinculante	699

§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Intróito	702
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	702
571 – Recurso extraordinário	703
572 – Pressupostos do recurso extraordinário	703
573 – Função do recurso extraordinário	704
574 – Efeitos do recurso extraordinário	705
575 – Processamento do recurso extraordinário	705
575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial	707
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 ...	707
576 – Poderes do Relator	708
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	709
576-b – Recurso especial	710
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	715
576-d – Relevância da questão federal (CF de 1967 – EC nº 1, de 17.10.1969, e EC nº 7, de 13.04.1977) e repercussão geral da questão constitucional (CF 1988 – EC nº 45, de 08.12.2004)	715
576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	716
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	717
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	718
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ	719
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	721
576-i – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	723
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código	727
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	727

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição	732
580 – Competência dos tribunais	732
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	732
582 – Casos de competência originária dos tribunais	733
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	735
584 – O funcionamento dos tribunais	735
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	736
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	738
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal	739
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira	743
587 – O sistema nacional	743
588 – A homologação da sentença estrangeira	743
589 – Natureza da decisão homologatória	745
590 – O procedimento	746
591 – A execução	746

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	748
593 – Regulamentação legal	748
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	749
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	749
596 – Iniciativa de arguição	749
597 – Momento da arguição	749
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	750
599 – O julgamento da arguição	750
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito	754
601 – Pressupostos	755
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	758
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	758
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	759
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	760
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	760
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	761
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	761
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	762
610 – Documento novo (art. 485, VII)	763
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	764
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	765
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	765
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	767
614 – Legitimação	768
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	769
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	769
617 – A execução da sentença rescindenda	770
618 – Indeferimento da inicial	771
619 – Procedimento	771
620 – Natureza e conteúdo da decisão	772
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	773
621 – Rescisória de rescisória	776
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	776
623 – Sentença nula de pleno direito	778
Bibliografia	783
Índice Onomástico	793
Índice Alfabético de Assuntos	797
Índice dos Fluxogramas	821

ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação da 45ª edição.....	XXVII
Apresentação	XXIX

**Processo de Execução e Cumprimento da Sentença
Processo Cautelar e Tutela de Urgência**

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução	1
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	2
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	4
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	6
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	7
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias	7
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	8
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005	9
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
633 – Conclusões	12
634 – Direito intertemporal	14
§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória	
635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	16
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	18
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	19
636-a-1 – Tutela interdital como padrão	22
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor	22
636-c – Sucumbência	23

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer	25
638 – Execução específica e execução substitutiva	26
§ 96 – Técnicas Processuais	
639 – Tutela específica	27
639-a – Tutela substitutiva	28
639-b – Defesa do executado.....	29
639-c – Medidas de apoio	30
639-d – A multa (<i>astreinte</i>)	31

VI	Curso de Direito Processual Civil	
639-e	– Execução da multa	33
639-f	– Obrigações de não fazer	34
639-g	– Encerramento do processo	35
§ 97	– Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade	
640	– Execução das prestações de declaração de vontade	36
640-a	– Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	37
640-b	– A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	39
640-c	– Natureza jurídica da sentença	39
Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa		
§ 98	– Noções Introdutórias	
641	– Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	41
641-a	– Execução específica e execução substitutiva	41
§ 99	– Técnica Processual	
642	– Procedimento pós-sentença	43
643	– Tutela substitutiva	43
644	– Multa e outras medidas de apoio	44
645	– Obrigação genérica	44
646	– Retenção por benfeitorias	45
Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa		
§ 100	– Noções Introdutórias	
647	– Noção de obrigação por quantia certa	47
648	– Execução por quantia certa fundada em sentença	47
649	– Multa legal	48
649-a	– Jurisprudência em torno do artigo 475-J	49
§ 101	– Técnica Processual	
650	– Requerimento do credor	51
651	– O procedimento executivo	51
§ 102	– Defesa do Devedor	
652	– Impugnação do executado	53
653	– Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	54
654	– Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	59
655	– Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	59
656	– Procedimento da impugnação	60
657	– Efeito da impugnação	60
658	– Instrução probatória	60
659	– Julgamento da impugnação	60
Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos		
§ 103	– Enumeração Legal	
660	– Noções introdutórias	63
660-a	– Medidas preparatórias	64
660-b	– Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira ...	64
660-c	– Encerramento da execução de sentença	65

§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil	66
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	68
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito	70
663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	72
664 – Pensionamento em salários mínimos	72
665 – Sentença penal condenatória	73
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação	74
667 – Homologação de acordo extrajudicial	75
668 – Sentença arbitral	75
669 – Sentença estrangeira	76
670 – O formal de partilha	76
§ 105 – Particularidades de alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas	78
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	78
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	80
673 – Julgamento fracionado da lide	80
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias	82
675 – Fundamentos da execução provisória	82
676 – Execução de título extrajudicial embargada	83
677 – Situação do tema no Código	83
678 – Normas básicas da execução provisória	84
678-a – Incidentes da execução provisória	87
678-b – Processamento da execução provisória.....	87
678-c – Execução provisória por quantia certa.....	87
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença	88
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	88
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa	89
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral	89
679-d – Competência para execução civil da sentença penal	89
679-e – Competência internacional	90

Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida	91
681 – Execução da sentença ilíquida	91
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	92
682 – Casos de iliquidez da sentença	93
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença	93
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios	94
682-c – Limites da liquidação	95
682-d – Contraditório	95
682-e – Liquez parcial da sentença	95
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido	96
682-g – Recursos	96
682-h – Liquidação frustrada	97

§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis	99
683-a – Liquidação por cálculo	99
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	100
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva	100
683-d – Liquidação por arbitramento	101
683-e – Liquidação por artigos	102
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação	103
683-g – Rescisão da decisão liquidatória	104
683-h – Direito intertemporal	105

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução	109
685 – O processo judicial	110
686 – Processo de conhecimento e processo de execução	110
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	111
686-b – Visão unitária da jurisdição	112
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada	112
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	113
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	114
686-f – Meios de execução	114
686-g – Autonomia do processo de execução	115
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução	116
686-i – Novos rumos da execução de sentença	117
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial	117
686-l – Direito intertemporal.....	120
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução	122
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real	123
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	123
687-c – Princípio da utilidade da execução	123
687-d – Princípio da economia da execução	124
687-e – Princípio da especificidade da execução	124
687-f – Princípio dos ônus da execução	124
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana	125
687-h – Princípio da disponibilidade da execução	125
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	126
687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução	127
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução	129
688-a – Execução singular e execução coletiva	129
689 – Atos de execução	130
690 – Relação processual executiva	131
691 – A citação executiva	132

§ 113 – Execução Provisória e Definitiva	
692 – Procedimento da execução forçada	133
692-a – Observações sobre a petição inicial	134
692-b – Execução provisória de título extrajudicial.....	134
§ 114 – Disposições Gerais	
693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	136
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	136
Capítulo XXIX – Requisitos para Realizar qualquer Execução	
§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada	
695 – Pressupostos processuais e condições da ação	139
696 – O título executivo	140
696-a – Função do título executivo	140
696-b – Efeito prático do título executivo	142
696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	142
696-d – Formas dos títulos executivos	143
697 – O inadimplemento do devedor	144
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral	145
Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos	
§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
698 – Elementos do processo executivo	147
Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)	
§ 117 – Partes. Legitimação Ativa	
699 – Nomenclatura	149
700 – Legitimação ativa	149
701 – Legitimação ativa originária do credor	150
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	150
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	150
704 – Espólio	151
705 – Herdeiros e sucessores	152
706 – Cessionário	152
707 – Sub-rogado	153
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	154
709 – Terceiros interessados	154
§ 118 – Legitimação Passiva	
710 – Legitimação passiva	155
711 – Dívida e responsabilidade	155
712 – O devedor	156
713 – Espólio e sucessores	157
714 – O novo devedor	158
715 – Fiador judicial	159
715-a – Fiador extrajudicial	160
716 – Responsável tributário	161
717 – Revelia do devedor e curador especial	164

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
718 – Litisconsórcio	165
719 – Assistência	166
720 – Denúnciação da lide	166
721 – Chamamento ao processo	167
§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções	169
722-a – Cúmulo subjetivo	170
Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)	
§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução	173
723-a – Execução de sentença	173
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais	174
723-c – Competência para a execução fiscal	175
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro	175
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos	175
Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)	
§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exeqüíveis	177
724-a – Resquícios da execução pessoal	177
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade	179
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	180
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	181
728 – Responsabilidade executiva secundária	181
729 – Excussão de bens do sucessor singular	182
730 – Excussão de bens do sócio	183
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	184
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	185
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação	185
734 – Bens alienados em fraude de execução	186
735 – Casos de fraude de execução	187
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	189
736-a – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução	191
736-b – A posição do terceiro adquirente em face da execução	192
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	193
738 – Excussão de bens do fiador	193
739 – Bens de espólio	194
Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)	
§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	195
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	196
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	197

743 – Títulos cambiários e cambiariformes	198
744 – Duplicatas	198
745 – Responsáveis cambiários	198
746 – Documento público ou particular	199
747 – Confissões de dívida	200
747-a – Contrato de abertura de crédito	200
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	202
748-a – Execução hipotecária	203
748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	205
749 – Classificação das garantias	206
750 – Seguros	207
751 – Rendas imobiliárias	207
752 – Encargo de condomínio	208
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários	209
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	209
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	211
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	213
757 – Títulos estrangeiros	213

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	215
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	215
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	217
760 – A documentação da petição inicial	217
761 – Outras providências a cargo do credor	218
762 – Obrigações alternativas	218
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	219
764 – Medidas acautelatórias	219
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	219
764-b – Efeito da averbação.....	220
764-c – Abuso do direito de averbação	220
765 – Dívida sujeita à contraprestação	221
766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída	221
767 – Execução e prescrição	222
768 – Nulidades no processo de execução	223
769 – Imperfeição do título executivo	223
770 – Falta de título executivo	223
771 – Nulidade da execução fiscal	224
772 – Vício da citação	224
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	225
774 – A arguição das nulidades	226
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	226
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor	227
776 – Execução realizável por vários meios	228
776-a – Peculiaridades da citação executiva	229

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito	231
778 – Entrega de coisa certa	232

779 – Procedimento	232
779-a – Cominação de multa diária	233
780 – Efeito dos embargos	234
781 – Alienação da coisa devida	234
782 – Execução da obrigação substitutiva	235
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	235
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	236
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	237
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	237
784-c – Embargos de retenção	238
785 – Execução para entrega de coisa incerta	238
786 – Medidas de coerção e apoio	239

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato	243
788 – Fungibilidade das prestações	244
789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	244
790 – Distinções preliminares	246
791 – Princípios comuns	246
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444	247
793 – Execução das prestações fungíveis	247
794 – Realização da prestação fungível por terceiro	248
795 – Inadimplência do terceiro contratante	249
796 – Realização da prestação pelo próprio credor	249
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC ...	250
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil	251
798 – Execução das prestações infungíveis	252
799 – Execução das obrigações de não fazer	252
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	252

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	257
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados ...	258
803 – Espécies	259

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	261
805 – Proposição	261
805-a – Procedimento da penhora e avaliação	263
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	264
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	264
806-b – Redução da verba honorária	266

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa ...	267

808 – Natureza jurídica da penhora	268
809 – Função da penhora	269
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	270
811 – Penhora de imóvel	272
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário.....	274
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	275
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	277
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	278
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	283
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	283
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	284
815 – Bens relativamente impenhoráveis	285
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	286
817 – Limites da penhora	288
817-a – Valor dos bens penhoráveis.....	289
818 – Escolha dos bens a penhorar	289
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	290
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	291
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor.....	291
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	292
820-c – Situação dos bens a penhorar	292
821 – Bens fora da comarca	293
§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	294
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro.....	295
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar	295
822-c – Frustração da diligência	295
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	295
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	296
825 – Intimação de penhora	299
§134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	299
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	299
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário.....	300
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	301
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	303
826-e – Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	303
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor	304
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	305
828 – Penhora de direitos e ações	305
829 – Penhora sobre créditos do executado	306
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	307
831 – Penhora no rosto dos autos	307
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	307
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	308
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	308
835 – Penhora de navio ou aeronave	309
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	309

§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	310
837-a – Substituição da penhora.....	311
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes	312
837-c – Substituição por iniciativa do executado.....	312
837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	313
837-e – Menor onerosidade para o executado.....	313
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	314
838 – Remição da execução por quantia certa	314
§ 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados	316
840 – Escolha do depositário	316
840-a – Depósito dos bens imóveis	317
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	317
840-c – Depósito em caso de penhora sobre jóias, pedras e objetos preciosos	317
841 – Função do depositário	318
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	318
843 – Depositário comum e depositário administrador	319
844 – Responsabilidade do depositário	319
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	319
846 – Prisão civil do depositário judicial	320
Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)	
§ 137 – Expropriação	
847 – Conceito	323
848 – Avaliação.....	324
848-a – O encarregado da avaliação.....	325
848-b – Laudo de avaliação	325
848-c – Dispensa da avaliação	326
848-d – Avaliação de bem imóvel.....	326
848-e – Avaliação e contraditório	327
848-f – Repetição da avaliação	327
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	328
§138 – Adjudicação	
849 – Introdução.....	330
850 – Conceito de adjudicação.....	330
851 – Requisitos da adjudicação	331
851-a – Depósito do preço	332
851-b – Legitimação para adjudicar	332
851-c – Adjudicação por credor	333
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado	334
851-e – Prazo para a adjudicação.....	334
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	335
853 – Auto de adjudicação	336
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação	337
853-b – Carta de adjudicação	337
§ 139 – Alienação por iniciativa particular	
854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	338

855 – Formalização da alienação por iniciativa particular.....	339
856 – Carta de alienação.....	340
§ 140 – Alienação em hasta pública	
857 – Conceito de hasta pública e arrematação.....	341
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	342
859 – Leilão e praça.....	343
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública.....	343
861 – Intimação do devedor.....	344
861-a – Outras intimações.....	345
862 – Adiamento da hasta pública.....	346
863 – A hasta pública.....	346
864 – Legitimação para arrematar.....	347
865 – Forma de pagamento da arrematação.....	348
866 – Auto de arrematação.....	349
867 – Arrematação de imóveis.....	350
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	351
867-b – Requisitos mínimos da proposta.....	351
867-c – O cumprimento das prestações.....	351
868 – Perda de eficácia da arrematação.....	351
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação.....	355
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor.....	355
871 – Carta de arrematação.....	356
872 – Efeitos da arrematação.....	358
873 – Eviscção e arrematação.....	358
874 – Vícios redibitórios.....	359
875 – Ação anulatória da arrematação.....	360
876 – Remição dos bens arrematados.....	361

Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor.....	363
877-a – Última etapa do processo de execução.....	364
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro.....	365
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	365
880 – Procedimento do concurso particular.....	366
§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel.....	368
882 – Efeitos do usufruto judicial.....	370

Capítulo XLIII – Execução contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública.....	375
883-a – Julgamento.....	376
884 – Exceções ao regime dos precatórios.....	377
884-a – Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	379
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença.....	379
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	380
887 – Execução provisória.....	380

888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	381
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar	382
889 – Execução de obrigação de dar	383
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública	383

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	387
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	387
892 – Averbação em folha de pagamento	388
893 – Prisão civil do devedor	388
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	389
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	390
895-a – Execução provisória	390

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	393
896-a – Outros meios impugnativos	394
896-b – Embargos e impugnação	395
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	398
897-a – Classificação dos embargos do devedor	398
898 – Legitimação	399
898-a – Autonomia dos embargos de cada co-executado	400
899 – Competência	401
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	402
900-a – Segurança do juízo	404
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor	404
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	406
901 – Rejeição liminar dos embargos	406
902 – Procedimento	409
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	410
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	411
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado	412
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução	413
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	414
905-b – Embargos parciais	415
905-c – Embargos de um dos co-executados	415
906 – Embargos fundados em excesso de execução	415
907 – Embargos à execução de sentença	416
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	416
909 – Embargos de retenção por benfeitorias	417
910 – Embargos à execução de título extrajudicial	417
910-a – Arguição de nulidade da execução	418
910-b – Vícios da penhora e da avaliação	419
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	420
910-d – Retenção por benfeitorias	421
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento	422



911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	423
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	423
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746	424
911-c – Objeto dos embargos do art. 746	425
911-d – A posição especial do arrematante	425
911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746	426
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	426
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746	427
912 – Exceção de pré-executividade	427
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade	429
§ 147 – Parcelamento Forçado do Crédito Exequendo	
913 – Moratória legal	431
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento	431
913-b – Procedimento do incidente	432
913-c – Indeferimento do parcelamento	433
913-d – Descumprimento do parcelamento	433
§ 148 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	434
915 – Legitimação ativa	434
916 – Legitimação passiva	435
917 – Valor da causa	435
918 – Competência	436
919 – Oportunidade	436
920 – Julgamento e recurso	436
921 – Procedimento	436
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	437
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	437

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	439
925 – Pressupostos da execução coletiva	440
926 – Efeitos da declaração de insolvência	442
927 – Características da execução coletiva	443
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	443
§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	445
930 – Caracterização da insolvência	446
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	448
932 – Insolvência requerida pelo credor	449
933 – Caráter facultativo da ação concursal	450
934 – Insolvência de cônjuges	450
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	450
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	452

937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	453
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	456
§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	457
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	459
941 – Atribuições do administrador	460
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	461
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	462
944 – Quadro geral de credores	463
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	465
946 – Encerramento e suspensão do processo	466
947 – Saldo devedor	467
948 – Extinção das obrigações	467
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	470
950 – Pensão para o devedor	470
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	471
951-a – Editais	471

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	475
953 – Casos de suspensão	476
954 – Suspensão provocada por embargos	476
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	477
955-a – Suspensão por transação	477
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	478
957 – Efeitos da suspensão	480
958 – Extinção da execução	481
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	481
960 – Extinção por remissão da dívida	481
961 – Extinção por renúncia	481
962 – Outros casos de extinção da execução	481
963 – Sentença de extinção	482
964 – Coisa julgada	484
§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	485
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	485
967 – Casos de cabimento da apelação	486
968 – Casos de agravo de instrumento	486

969 – Efeitos dos recursos	487
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação	487
970 – Causas de alçada	488

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	489
972 – Processo principal e processo cautelar	490
973 – A ação cautelar	491
974 – Medidas cautelares	491
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	492
976 – Provisoriedade	493
977 – Revogabilidade	493
978 – Autonomia	494
979 – Classificação das medidas cautelares	495
980 – Classificação do direito positivo	495
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	497
982 – Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas	497
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	498
§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	500
984 – O <i>fumus boni iuris</i>	500
985 – <i>Periculum in mora</i>	501
986 – Oportunidade da providência cautelar	502
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i>	502
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i>	503
§ 163 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	505
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	506
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	506
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	506
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	507
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	508
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	508
996 – Limites do poder geral de cautela	509

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	513
998 – Competência	514
999 – Competência e prevenção do juízo	514
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	515
1.000-a – Intervenção de terceiros	516
§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objeto da tutela cautelar	518

1.002 – Provas	518
1.003 – Instrução do processo cautelar	519
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	520

Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	521
1.006 – Procedimentos cautelares	522
1.007 – Autuação própria	522
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	522
1.009 – Estabelecimento da relação jurídico-processual	524

§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	525
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	526
1.012 – Lide e seu fundamento	526
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	527
1.014 – Provas a produzir	528
1.015 – O pedido	528
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	528

§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido	530
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	530
1.019 – Revelia	531
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	531

§ 169 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	532
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	533
1.023 – Contracautela	534

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	535
1.025 – Coisa julgada	535
1.026 – Limites da sentença	536
1.027 – Fundamentação	536
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	536

§ 171 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar	539
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	539
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	540
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	540

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	543
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	543

1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	544
1.036 – Procedimento	544
§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	546
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	546
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	547
1.040 – Conclusão	547
1.041 – Suspensão do processo	548
§ 174 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	549
1.043 – Processamento da extinção	549
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	550
§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	551
1.046 – Procedimento	552
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	552
Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar	
§ 176 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação	553
1.049 – Agravo	553
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	554
Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar	
§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente	555
1.052 – Liquidação e execução da indenização	556
Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos	
§ 178 – Arresto	
1.053 – Conceito	557
1.054 – Arresto e seqüestro	558
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	558
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	558
1.057 – Fundado receio de dano	559
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto	560
1.059 – Prova documental	560
1.060 – Justificação prévia	560
1.061 – Caução	561
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	561
1.063 – Bens arrestáveis	562
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	562
1.065 – Competência	563
1.066 – Procedimento	563
1.067 – Execução do arresto	564
1.068 – Depositário	564
1.069 – Suspensão da execução do arresto	565

1.070 – Efeitos do arresto	565
1.071 – Extinção do arresto	566
§ 179 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	568
1.073 – Ação de seqüestro	568
1.074 – Procedimento	569
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro	569
1.076 – Cabimento do seqüestro	569
1.077 – Objeto do seqüestro	570
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	570
1.079 – Casuísmo legal	571
1.080 – Receio de rixas e danificações	571
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	572
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	573
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	573
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	573
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito	576
1.086 – Classificação	576
1.087 – Cauções legais	577
1.088 – Cauções negociais	577
1.089 – Caução processual	577
1.090 – A ação de caução	577
1.091 – Objeto da caução	578
1.092 – Legitimação e competência	578
1.093 – Procedimento	579
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	579
1.095 – Execução da sentença	580
1.096 – Caução às custas	580
1.097 – Reforço da caução	581
§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	583
1.099 – Classificação	583
1.100 – Pressupostos	584
1.101 – Objeto	584
1.102 – Competência	584
1.103 – Procedimento	585
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	585
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito	588
1.106 – Ação de exibição	588
1.107 – Classificação	589
1.108 – Exibição incidental	589
1.109 – Ação cautelar exorbitória	590
1.110 – Exibição de coisas móveis	590
1.111 – Exibição de documentos	590
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	591
1.113 – Procedimento da ação exorbitória contra parte	592
1.114 – Procedimento da ação exorbitória contra terceiro	594
1.115 – Eficácia da exibição	595

1.116 – Prevenção de competência	595
1.117 – Ação exorbitária e medida liminar	595
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	598
1.119 – Ação cautelar antecipatória	598
1.120 – Cabimento	599
1.121 – Oportunidade	601
1.122 – Objeto da antecipação de prova	601
1.123 – Competência	601
1.124 – Procedimento	602
1.125 – Sentença	602
1.126 – Valoração da prova antecipada	603
1.127 – Eficácia	603
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i>	603
1.129 – Despesas processuais	604
1.130 – Destino dos autos	604
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	606
1.132 – Alimentos provisionais	606
1.133 – Cabimento e oportunidade	607
1.134 – Legitimação	608
1.135 – Competência	608
1.136 – Procedimento	608
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	609
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	610
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	610
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	611
1.141 – Execução	611
§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	613
1.143 – Pressupostos	613
1.144 – Objetivo da medida	614
1.145 – Legitimação	614
1.146 – Procedimento	614
1.147 – O contraditório	615
1.148 – Sentença	616
1.149 – Eficácia	616
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito	618
1.151 – Natureza jurídica	618
1.152 – Objetivo	619
1.153 – Competência	619
1.154 – Procedimento	619
1.155 – Julgamento da justificação	620
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	622
1.157 – Protesto	622
1.158 – Notificação	623
1.159 – Interpelação	623

1.160 – Indeferimento do pedido	624
1.161 – Contraprotesto	625
1.162 – Procedimento	625
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	626
§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	628
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	629
1.166 – Procedimento	629
1.167 – Sentença	630
1.168 – Execução	630
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	633
1.170 – Natureza da ação	633
1.171 – Legitimação	634
1.172 – Procedimento	634
1.173 – Sentença	635
1.174 – Efeitos	636
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito	638
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	638
1.177 – Cabimento	639
1.178 – Pressupostos do atentado	639
1.179 – Exame do casuísmo legal	639
1.180 – Legitimidade	641
1.181 – Competência	641
1.182 – Procedimento	641
1.183 – Sentença	642
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	642
1.184-a – Perdas e danos	643
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário	645
1.185-a – Procedimento	646
1.185-b – Registro do protesto	646
1.185-c – Dúvidas do Oficial	646
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor	647
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	651
1.186-a – Procedimento	651

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	653
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	654
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	655
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	657

1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência	659
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	661
1.187-f – Conclusão	662
§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Intróito	664
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela	666
1.188-b – Justificação da tutela antecipada	667
1.188-c – Conceito de tutela antecipada	668
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	669
1.188-e – Casos de antecipação de tutela	671
1.188-e-1 – Contestação parcial	672
1.188-f – Extensão	673
1.188-g – Pressupostos	673
1.188-h – Outros pressupostos	674
1.188-i – Momento ou oportunidade	675
1.188-j – Provisoriedade	676
1.188-l – Reversibilidade	677
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público	678
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada	678
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	680
1.188-p – Conclusão	680
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela	682
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada	683
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias	683
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito	685
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	691
1.189-e – Conclusão	692
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução	693
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução	694
1.190-b – Medidas cautelares	695
1.190-c – Execução das medidas cautelares	696
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	697
1.190-e – Tutela antecipatória	700
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela	701
§ 197 – Necessidade de não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito	703
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	705
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	707
1.191-c – Conclusão	710
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil	711
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil	713



1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	716
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução	719
1.192-d – Conclusão	721
Bibliografia	723
Índice Onomástico.....	739
Índice Alfabético de Assuntos.....	743
Índice dos Fluxogramas.....	779

ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação	XXV
--------------------	-----

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades.....	1
1.193 – Conceito.....	1
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais.....	2
1.195 – Técnicas de especialização procedimental.....	3
1.196 – Complementação das regras procedimentais	4
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais	5
1.198 – Erro na adoção do procedimento	5

Capítulo LVIII – Ação de consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	9
1.199 – O direito de pagar	9
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor	10
1.201 – A ação de consignação em pagamento	10
1.202 – Histórico da consignação em pagamento.....	11
§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento.....	12
1.203 – Natureza do instituto da consignação.....	12
1.204 – Natureza processual da ação de consignação.....	13
1.205 – Prestações passíveis de consignação.....	13
1.206 – Cabimento da consignação	14
1.207 – Liquidez da prestação devida	15
1.208 – Consignação principal e incidental.....	18
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i>	19
1.210 – Competência	21
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida	22
1.212 – Oportunidade da consignatória	23
1.213 – Objeto da consignação.....	25
1.214 – Obrigação de prestações periódicas	26
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	26
1.216 – Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	27
1.217 – O procedimento especial da consignatória	28
1.218 – Obrigações alternativas e obrigações genéricas	29
1.219 – Valor da causa	30
1.220 – Resposta do demandado.....	30
1.221 – Comparecimento do credor para receber.....	30
1.222 – Não comparecimento e revelia do demandado	32
1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor.....	33
1.224 – Contestação.....	33
1.225 – Matéria de defesa	34
1.226 – Complementação do depósito insuficiente	35

1.227 – Sentença.....	36
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	37
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida	37
1.230 – A posição dos possíveis credores	38
1.231 – Resgate da enfiteuse	40
1.231-a – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	40
1.231-b – A consignação de obrigação em dinheiro	43
1.231-c – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	43

Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial.....	47
1.232 – Conceito e espécies de depósito.....	47
1.233 – Ação de depósito.....	48
1.234 – Histórico.....	49
1.235 – Natureza da ação.....	49
1.236 – Objeto da pretensão	50
§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito	52
1.237 – Pressupostos da ação	52
1.238 – Legitimação	53
1.239 – Competência	54
1.240 – Especialidade do procedimento.....	54
1.241 – Caráter expedito do procedimento	55
1.242 – Prisão civil	55
1.243 – Resposta do demandado.....	57
1.244 – Entrega da coisa	58
1.245 – Consignação do equivalente econômico.....	58
1.246 – Consignação da própria coisa.....	59
1.247 – Contestação.....	60
1.248 – Sentença e execução	60
1.249 – Outras providências executivas	61
1.250 – Depositário judicial	62
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural	63
1.252 – Alienação fiduciária em garantia	65

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador.....	67
1.253 – Tutela processual do título ao portador.....	67
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis	67
§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	69
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador.....	69
1.256 – Ação de reivindicação.....	69
1.257 – Ação de anulação e substituição.....	71
1.258 – Legitimação	71
1.259 – Competência	71
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	72
1.261 – Justificação liminar	72
1.262 – Contestação.....	73
1.263 – Posição processual do devedor	74
1.264 – Sentença.....	74

1.265 – Ordem de substituição do título	76
1.266 – Destruição do título	76

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades.....	81
1.267 – Conceito.....	81
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas.....	82
1.269 – Natureza jurídica.....	83
1.270 – Cabimento.....	83
1.270-a – Prestação de contas e prescrição.....	85
1.271 – Legitimação e interesse	86
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais.....	87
1.273 – Sociedade e prestação de contas	88
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	89
1.275 – Prestação de contas entre condôminos.....	90
1.276 – Organização das contas.....	90
1.277 – Prova das contas.....	90
§ 207 – Ação de Exigir Contas	92
1.278 – Ação de exigir contas.....	92
1.279 – Procedimento da primeira fase.....	92
1.280 – Reconvencão.....	93
1.281 – Sentença da primeira fase	93
1.282 – Procedimento da segunda fase	94
1.283 – Contas elaboradas pelo autor.....	95
1.284 – Sucumbência	97
§ 208 – Ação de Dar Contas.....	99
1.285 – Caráter unitário do procedimento	99
1.286 – Procedimento	99
1.287 – Sucumbência	101
§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	102
1.288 – Sentença e execução	102

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades.....	105
1.289 – A posse e seus efeitos	105
1.290 – A razão da tutela possessória.....	106
1.291 – O instituto da posse e a paz social.....	107
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	109
1.293 – Natureza jurídica da posse.....	110
1.294 – Requisitos da tutela possessória	113
§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição.....	116
1.295 – Origem dos interditos possessórios.....	116
1.296 – As ações possessórias.....	117
1.297 – Competência	118
1.298 – Legitimação ativa	118
1.299 – Legitimação passiva.....	118
1.299-a – Petição inicial.....	119

1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	120
1.301 – Medida liminar.....	120
1.302 – A decisão sobre a liminar.....	121
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos.....	122
1.304 – O petitório e o possessório.....	124
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório.....	126
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	128
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias.....	129
1.307-a – Liminar em favor do réu.....	130
1.308 – Natureza real das ações possessórias.....	132
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital.....	133
1.310 – Cumulação de pedidos.....	135
1.311 – Interdito proibitório.....	136
§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos.....	137
1.312 – Embargos de terceiro.....	137
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança.....	138
1.314 – Embargos de retenção.....	139
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	139

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades.....	145
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir.....	145
1.317 – Nunciação de obra nova.....	146
1.318 – Conceito de obra nova.....	148
§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova.....	150
1.319 – Competência.....	150
1.320 – Legitimação ativa.....	150
1.321 – Legitimação passiva.....	152
1.322 – Participação do cônjuge.....	152
1.323 – Embargo extrajudicial.....	152
1.324 – Cumulação de pedidos.....	153
1.325 – Embargo liminar.....	154
1.326 – Proseguimento da obra.....	155
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova.....	156
1.328 – Sentença e execução.....	157

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais Sobre a Prescrição Aquisitiva.....	159
1.329 – Noção de usucapião.....	159
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro.....	159
1.331 – Requisitos gerais do usucapião.....	160
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário.....	165
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário.....	167
1.334 – Requisitos do usucapião especial.....	169
§ 216 – Condições de Procedibilidade.....	171
1.335 – Legitimação ativa.....	171
1.336 – Legitimação passiva.....	173

1.337 – Competência	175
1.338 – Conexão e litispendência	176
§ 217 – Procedimento	177
1.339 – Procedimento	177
1.340 – Petição inicial	177
1.341 – Citação	179
1.342 – Justificação preliminar	179
1.343 – Contestação	180
1.344 – Revelia	181
1.345 – Pendência de possessória	182
1.346 – Ministério Público	182
1.347 – Instrução e julgamento	183
1.348 – Sentença	183
1.349 – Coisa julgada	184
1.350 – Registro de imóveis	185
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	186

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	189
1.352 – Introito	189
1.353 – Noções gerais	189
1.354 – As ações divisórias	190
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	190
1.356 – Caráter unitário do procedimento	191
1.357 – Procedimento	192
1.358 – Citação única	192
1.359 – Natureza da ação	193
1.360 – Competência	194
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	194
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	195
§ 219 – Ação de Demarcação	196
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	196
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação	197
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória	198
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	199
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	200
§ 220 – Ação de Divisão	203
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório	203
1.369 – Legitimação passiva para a divisão	205
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	206
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão	207
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório	207
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	210
1.373 – Divisão e demarcação de posse	210
1.374 – Questões possessórias	211
1.375 – Coisa julgada	211
1.376 – Rescisão do julgado divisório	212
1.377 – Exceção de prescrição	214

1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária).....	214
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório.....	215
1.380 – Inépcia da petição inicial	216
1.381 – Execução de sentença	217

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 222 – Disposições Gerais.....	223
1.382 – Introito	223
1.383 – Caráter contencioso do inventário	224
1.383-a – Inventário e partilha por via administrativa	224
1.383-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial.....	226
1.383-c – Execução da partilha por via administrativa	228
1.384 – Inventário negativo	228
1.385 – Competência	229
1.386 – Universalidade do foro sucessório.....	230
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	230
1.388 – Administração da herança	231
1.389 – O inventariante.....	232
1.390 – Encargos do inventariante	233
1.391 – Remoção do inventariante	235
1.392 – Legitimação para promover o inventário	237
§ 223 – Inventário Judicial	238
1.393 – Procedimento	238
1.394 – Petição inicial	238
1.395 – Primeiras declarações	238
1.396 – Citações e interveniências.....	239
1.397 – Impugnação dos citados	240
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	241
1.399 – Avaliação.....	242
1.400 – Últimas declarações.....	243
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	243
1.402 – Colações	244
1.403 – Sonegados.....	246
1.404 – Pagamento de dívidas do morto	246
§ 224 – Partilha	248
1.405 – Espécies de partilha	248
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	248
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	250
1.408 – A sentença da partilha	251
1.409 – O formal de partilha.....	252
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	252
1.411 – Pacto de não partilhar	253
§ 225 – Invalidação da Partilha.....	256
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	256
1.413 – Conceituação de partilha judicial	256
1.414 – Conceituação de partilha amigável.....	258
1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha	259

1.416 – Ação de nulidade de partilha.....	260
1.416-a – Ação de petição de herança.....	261
§ 226 – Arrolamento.....	263
1.417 – Simplificação do inventário.....	263
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031.....	263
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036.....	265
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	266
1.419-b – Inventário administrativo.....	266
§ 227 – Disposições Comuns.....	267
1.420 – Medidas cautelares.....	267
1.421 – Sobrepartilha.....	268
1.422 – Curatela especial ao herdeiro.....	269
1.423 – Inventários cumulados.....	269
1.424 – Honorários de advogado.....	270
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa.....	270
1.426 – Assistência judiciária.....	271
1.427 – Terceiros prejudicados.....	271

Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 228 – Generalidades.....	281
1.428 – Conceito.....	281
1.429 – Natureza jurídica.....	282
1.430 – Requisitos.....	282
1.431 – Ato judicial atacável.....	284
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	285
1.433 – Casos especiais.....	286
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório.....	286
1.435 – Embargos do credor com garantia real.....	287
§ 229 – Procedimento.....	289
1.436 – Legitimação ativa.....	289
1.437 – Legitimação passiva.....	292
1.438 – Oportunidade.....	293
1.439 – Competência.....	294
1.440 – Procedimento.....	294
1.441 – Sentença.....	296

Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida.....	299
1.442 – Conceito.....	299
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação.....	300
1.444 – Competência.....	300
1.445 – Procedimento.....	300
1.446 – Ação de habilitação.....	300
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário.....	301
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação.....	301
1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal.....	302

Capítulo LXIX – Restauração de Autos

§ 231 – Procedimento para Recuperar autos Desaparecidos.....	305
1.450 – Conceito.....	305
1.451 – Objetivo do procedimento	306
1.452 – Legitimidade.....	306
1.453 – Competência	306
1.454 – Procedimento	306
1.455 – Julgamento da restauração.....	307
1.456 – Autos extraviados no tribunal.....	307
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	308

Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	311
1.458 – Conceito.....	311
1.459 – Procedimento da execução do preço	311
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa	312

Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 233 – Procedimento da Arbitragem.....	317
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro	317
1.462 – Disposições gerais.....	318
1.463 – Convenção de arbitragem	319
1.464 – Cláusula compromissória.....	320
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória	320
1.466 – Execução da cláusula compromissória	321
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”.....	322
1.466-b – Direito intertemporal.....	323
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória	324
1.468 – Compromisso arbitral	325
1.469 – Extinção do compromisso arbitral.....	326
1.470 – Os árbitros.....	326
1.471 – O procedimento	327
1.472 – Medidas cautelares.....	328
1.472-a – Sentença arbitral.....	329
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral	329
1.472-c – Recursos	330
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral.....	330
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	331
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	333
1.472-g – Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	333

Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório	335
1.473 – Introito	335
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	335
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio	336
§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	339
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria	339

1.477 – O procedimento monitorio brasileiro.....	340
1.478 – Objeto	341
1478-a – Competência	342
1.479 – Legitimidade ativa.....	342
1.480 – Legitimidade passiva	342
1.481 – Prova	344
1.482 – Procedimento	347
1.482-a – Monitoria contra a Fazenda Pública	349
1.483 – Embargos à ação monitoria	350
1.484 – Coisa julgada	351

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades.....	353
1.485 – Introito	353
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	354
1.486-a – Litigiosidade incidental.....	355
1.487 – A função do juiz	356
1.488 – Procedimentos.....	356

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais.....	359
1.489 – Alienações judiciais.....	359
1.490 – Alienações cautelares.....	359
1.491 – Iniciativa da medida.....	360
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei.....	360
1.493 – Leilão.....	360
1.494 – Avaliação prévia.....	361
1.495 – Publicidade.....	361
1.496 – Arrematação.....	362
1.497 – Destino do produto da alienação	362
1.498 – Custódia do produto.....	362
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	363
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	363
1.501 – Bens de órfãos.....	364
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	364
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	365
1.504 – Procedimento especial da adjudicação.....	366

Capítulo LXXV – Divórcio Consensual

§ 238 – Procedimento do Divórcio Consensual	369
1.504-a – Advertência.....	369
1.505 – Noções introdutórias	370
1.506 – Natureza jurídica	370
1.507 – Requisitos	370
1.508 – Legitimação	371
1.509 – Competência	371
1.510 – Petição inicial.....	371
1.511 – Procedimento.....	373

1.512 – Sentença de homologação	374
1.513 – Reconciliação do casal	375
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação ou divórcio	375
1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.....	375
1.514-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	377
1.514-c – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública.....	378

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo.....	381
1.515 – Objetivo do procedimento	381
1.516 – Competência	382
1.517 – Procedimento	382
1.518 – Sentença.....	382
1.519 – Efeitos	383
1.520 – Busca e apreensão	383
1.521 – Testamento público	383
1.522 – Testamento particular	383
1.523 – Procedimento	384
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo	386
1.525 – Testamenteiro.....	386

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente.....	389
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança.....	389
1.527 – Competência	389
1.528 – Legitimação	390
1.529 – Procedimento	390
1.530 – A administração da herança jacente.....	391
1.531 – Habilitação	391
1.532 – Declaração de vacância.....	392

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente.....	395
1.533 – Ausência.....	395
1.534 – Pressupostos	395
1.535 – Competência	395
1.536 – Fases do procedimento	396
1.537 – Procedimento da primeira fase.....	396
1.538 – Procedimento da sucessão provisória.....	396
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	397

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas.....	401
1.540 – Conceito.....	401
1.541 – Legitimação	401
1.542 – Competência	401
1.543 – Cabimento.....	402
1.544 – Procedimento	402

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	405
1.545 – Natureza jurídica da interdição	405
1.546 – Legitimado passivo	405
1.547 – Competência	405
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	406
1.549 – Petição inicial	406
1.550 – Procedimento	407
1.551 – Sentença	408
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando	408
1.553 – Rescisória	408
1.554 – Levantamento da interdição	409
1.555 – Investidura dos curadores	409
1.556 – Remoção de curador	409
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	410

Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	413
1.558 – Conceito de fundação	413
1.559 – Procedimento da instituição da fundação	413
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	414
1.561 – Alteração do estatuto	414
1.562 – Extinção da fundação	415

Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	419
1.563 – Conceito de hipoteca legal	419
1.564 – Competência	420
1.565 – Legitimação	420
1.566 – Procedimento	420
1.567 – Bens insuficientes	421
1.568 – Especialização negocial	421
1.569 – Eficácia da hipoteca	421

Parte XVIII – Juizado Especial Civil**Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça**

§ 246 – Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	423
1.570 – Introito	423
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	424
1.572 – O Juizado Especial Civil	425
1.573 – Criação do Juizado Especial	426
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	426
1.575 – Princípios informativos	426
1.576 – Princípio da oralidade	427
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	427
1.578 – Conciliação	428
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	429

§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição.....	430
1.580 – Competência	430
1.581 – Foro competente	431
1.581-a – Conflito de competência.....	431
1.582 – Competência para execução forçada	432
1.583 – Limitações à competência	432
1.584 – O órgão judicante.....	432
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz	433
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	433
1.587 – O juízo arbitral	434
§ 248 – Partes	435
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i>	435
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i>	435
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	436
1.591 – Intervenção do Ministério Público.....	437
§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	438
1.592 – Os atos processuais e sua forma	438
1.593 – O procedimento	438
1.594 – A propositura da ação	439
1.595 – Citações e intimações.....	439
1.596 – Requisitos da citação.....	440
1.597 – Intimações	440
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento	440
1.599 – A resposta do réu	441
1.600 – As provas.....	442
§ 250 – A Sentença e os Recursos	443
1.601 – A sentença	443
1.602 – Recursos	443
1.602-a – Mandado de segurança	445
1.602-b – Uniformização de jurisprudência	446
1.603 – Extinção do processo.....	446
§ 251 – Execução e Disposições Especiais	448
1.604 – Execução forçada	448
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil.....	449
1.606 – Curadorias e assistência judiciária	450
1.607 – Acordos extrajudiciais.....	450
1.608 – Ação rescisória	450
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	451
Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal	
§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal.....	453
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal	453
1.611 – Disciplina legal	453
1.612 – Princípios informativos.....	453
1.613 – Competência absoluta.....	454
1.613-a – Conflito de competência.....	454

§ 253 – Órgão Judicante	455
1.614 – Composição do órgão judicante	455
1.615 – Sessão de conciliação	455
1.616 – Competência	455
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	455
§ 254 – Partes	457
1.618 – Legitimação	457
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio	457
1.620 – Ministério Público	457
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes	457
§ 255 – Atos Processuais e Procedimento	459
1.622 – Princípios	459
1.623 – Atos de comunicação processual	459
1.624 – Uso de meios eletrônicos	459
1.625 – Prazos	460
1.626 – Petição inicial	460
1.627 – Resposta	460
1.628 – Exceções	460
1.629 – Sessão de conciliação	460
1.630 – Instrução probatória	461
1.631 – A sentença e as máximas de experiência	461
1.632 – Reexame necessário	462
§ 256 – Sistema Recursal	463
1.633 – Recursos no Juizado Especial	463
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário	463
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência	464
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	465
1.636 – Execução	465
1.637 – Medidas cautelares	465
1.638 – Antecipação de tutela	466

Capítulo LXXXV – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública

§ 258 – As Pequenas Causas da Fazenda Pública no Âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	469
1.638-a – A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	469
1.638-b – Disciplina legal	469
1.638-c – Competência absoluta	470
§ 259 – Órgão Judicante	471
1.638-d – Composição do órgão judicante	471
1.638-e – Competência	471
§ 260 – Partes	473
1.638-f – Legitimação	473
1.638-g – Ministério Público	473
1.638-h – Representação das partes	473
§ 261 – Atos Processuais e Procedimento	474
1.638-i – Atos de comunicação processual e prazos	474

1.638-j – Petição inicial, citação e resposta.....	474
1.638-k – Audiência de conciliação.....	474
1.638-l – Instrução probatória.....	475
1.638-m – Sentença e recurso de ofício.....	475
1.638-n – Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	475
§ 262 – Sistema Recursal.....	476
1.638-o – Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	476
1.638-p – Uniformização de jurisprudência.....	476
1.638-q – Causas repetitivas.....	477
1.638-r – Medidas de urgência.....	477
§ 263 – Sistema de Execução de Sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	478
1.638-s – Cumprimento da sentença.....	478
1.638-t – Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	478
1.638-u – Obrigações de quantia certa.....	478

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXVI – Ações Constitucionais

§ 264 – A Constituição e o Processo.....	481
1.639 – O direito processual constitucional.....	481
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional.....	481
§ 265 – Mandado de Segurança.....	483
1.641 – Conceito.....	483
1.642 – Natureza da ação.....	483
1.643 – Legitimação ativa.....	484
1.644 – Legitimação passiva.....	484
1.644-a – Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	487
1.645 – Ato de autoridade judicial.....	487
1.645-a – Ato sujeito a recurso administrativo.....	488
1.646 – Litisconsórcio.....	488
1.646-a – Assistência.....	489
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	490
1.648 – Procedimento.....	490
1.648-a – Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	491
1.649 – Liminar.....	491
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	493
1.651 – Competência.....	494
1.651-a – Desistência do mandado de segurança.....	494
1.652 – Sentença e coisa julgada.....	495
1.652-a – Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	496
§ 266 – Mandado de Segurança Coletivo.....	500
1.653 – Conceito.....	500
1.653-a – Direitos coletivos e direitos difusos.....	500
1.654 – Legitimação ativa.....	501
1.655 – Legitimação passiva.....	502
1.656 – Procedimento e competência.....	503
1.656-a – Liminar.....	503

§ 267 – Mandado de Injunção	505
1.657 – Conceito	505
1.658 – Objeto	505
1.659 – Pressupostos	506
1.660 – Legitimação	507
1.661 – Competência	508
1.662 – Procedimento	508
§ 268 – <i>Habeas Data</i>	510
1.663 – Conceito	510
1.664 – Natureza jurídica	510
1.665 – Legitimidade e interesse	511
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i>	511
1.667 – Competência	512
1.668 – Procedimento	512
1.669 – Cumprimento da sentença	513
1.670 – Coisa julgada	513
§ 269 – Ação Popular	515
1.671 – Conceito	515
1.672 – Requisitos	515
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular	516
1.674 – Legitimação	516
1.675 – Procedimento	517
1.676 – Sentença	517
1.677 – Coisa julgada	518
1.678 – Execução	518
1.678-a – Prescrição	518

Capítulo LXXXVII – Ações Coletivas

§ 270 – Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas	521
1.679 – Histórico	521
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo	522
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	522
1.681-a – Objeto da ação civil pública	523
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC	524
1.683 – Legitimação	525
1.683-a. Ação coletiva por meio de associação	526
1.683-b – Ações coletivas promovidas por sindicatos	527
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos	529
1.684-a – Inquérito civil	531
1.685 – Competência	533
1.686 – Procedimento	533
1.687 – Liminar	533
1.688 – Coisa julgada	533
1.689 – Execução	535
1.689-a – Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	536

Capítulo LXXXVIII – Ações Locatícias

§ 271 – Generalidades	539
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais	539

1.691 – Tramitação durante as férias forenses	540
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i>	540
1.693 – Valor da causa	540
1.694 – Atos de comunicação processual	541
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	541
§ 272 – Ação de Despejo	543
1.696 – Natureza	543
1.697 – A força executiva do procedimento	544
1.698 – A liminar na ação de despejo	545
1.699 – Legitimação	546
1.700 – Documentação da petição inicial	546
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador	547
1.702 – Denúncia vazia	547
1.703 – Denúncia cheia	548
§ 273 – Ação de Despejo Por Falta de Pagamento	550
1.704 – Cabimento	550
1.705 – Consequência da cumulação de pedidos	550
1.706 – Purga da mora	551
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora	552
1.708 – Purga da mora e contestação	552
§ 274 – Execução da Sentença de Despejo	555
1.709 – Desocupação voluntária	555
1.710 – Execução forçada	555
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	556
1.712 – Execução provisória e caução	556
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário	557
§ 275 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	558
1.714 – Cabimento	558
1.715 – Legitimação	558
1.716 – Pressupostos	559
1.717 – Procedimento	559
1.718 – Petição inicial	559
1.719 – Depósito judicial	559
1.720 – Prestações vincendas	560
1.721 – Revelia	560
1.722 – Contestação	560
1.723 – Reconvenção	560
1.724 – Complementação do depósito após a contestação	561
1.725 – Levantamento do depósito	561
§ 276 – Ação Revisional de Aluguel	563
1.726 – Cabimento	563
1.727 – Natureza	563
1.728 – Legitimação	563
1.729 – Procedimento	563
1.730 – Petição inicial	564
1.731 – Aluguel provisório	565
1.732 – Contestação	566
1.733 – Sentença	566

1.734 – Verbas de sucumbência	567
1.735 – Execução de sentença	567
1.736 – Acordo de desocupação	567
§ 277 – Ação Renovatória	569
1.737 – Cabimento	569
1.738 – Natureza jurídica	570
1.739 – Legitimação	570
1.740 – Procedimento	571
1.741 – Petição inicial	571
1.742 – A defesa do locador	574
1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	574
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação	574
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	575
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução	575
1.747 – Retomada para uso próprio	576
1.748 – Aluguel provisório	576
1.749 – Sentença	577
1.750 – Sentença de retomada	578
1.751 – Execução de sentença	578
1.752 – Indenização de perdas e danos	579
 Capítulo LXXXIX – Ações Decorrentes de Leasing e Alienação Fiduciária	
§ 278 – Alienação Fiduciária em Garantia	581
1.753 – Introdução	581
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	582
1.755 – Busca e apreensão	583
1.756 – Ação de depósito	585
1.757 – Ação de execução	585
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	586
§ 279 – Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	592
1.759 – Noção de arrendamento mercantil	592
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	592
1.761 – Aspecto tributário	594
Bibliografia	597
Índice Onomástico	607
Índice Alfabético de Assuntos	611
Índice dos Fluxogramas	633